

RESENHA DA OBRA:

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2011-2020): AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

Por: Naura Syria Carapeto Ferreira* e Angela Salvadori**

FICHA TÉCNICA

Autoria: Dourado, Luiz Fernandes (Org.)

Editora: Goiânia, GO: Editora UFG; Belo Horizonte, MG: Autêntica.

ISBN: 8575265377

ISBN13: 9788575265376

Edição: 1ª Edição - 2011

Número de Páginas: 344

Acabamento: Brochura

Formato: 16,00 x 23,00 cm.

Área temática: Marketing. Administração. Gestão.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação. Rumos da educação. Sociedade brasileira.

140

Luiz Fernandes Dourado, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-Doutor em Ciências Sociais por École des Hautes Études en Sciences Sociales Paris, França, brinda o público com a organização desta obra que procura preencher duas finalidades: uma análise crítica do fracasso do plano recém-terminado e uma análise crítico-propositiva do projeto de lei enviado pelo Executivo ao Legislativo, para que, como está expresso na sua apresentação, "*se torne um plano de Estado capaz de expressar a participação da sociedade brasileira nos rumos da educação*".

* Professora titular da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes de Tiuti do Paraná(UTP), Curitiba/PR/Brasil; pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação (PGED) ; mestre e doutora pela UTB,Curitiba/PR/Brasil; professora [aposentada] da Universidade Federal do P araná, Curitiba/PR/Brasil.

** Doutoranda do PGED da UTP, Curitiba/PR/Brasil; coordenadora do Curso de Administração das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba, Curitiba/PR/Brasil.

Além do *Prefácio* e da *Apresentação: Avaliação e Propostas para o PNE*, a obra é composta por 10 textos de coautores convidados, quais sejam: Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Alfredo M. Gomes, Arlene Carvalho de Assis Clímaco, Marcos Corrêa da Silva Loureiro, Walderês Nunes Loureiro, João Ferreira de Oliveira, Regina Vinhaes Gracindo, Luiz Fernandes Dourado, Catarina de Almeida Santos, Luciene Lima de Assis Pires, Nilma Lino Gomes, Márcia Angela da S. Aguiar e Nelson Cardoso Amaral.

Publicado em março de 2011, o livro apresenta reflexões sobre aspectos relevantes do Plano Nacional de Educação - PNE - (2011-2020) em debate no Congresso Nacional/Brasil e, em anexo, inclui, na íntegra, o Projeto de Lei 8.035/2010 que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

No primeiro texto que compõe a obra, Luiz Fernandes Dourado faz um resgate histórico dos planos de educação e de suas relações com o planejamento no Brasil, principalmente o PNE 2001-2010. A breve análise histórica traçada, pós-30, aborda o *Manifesto dos Pioneiros* de 1932, a *Constituição de 1934*, as tentativas do Conselho Nacional de Educação na criação e implantação de um plano, as leis orgânicas, a *Constituição Federativa do Brasil de 1937* e a *de 1946*, até a *de 1988*, na tentativa de desvelar disputas políticas e interesses hegemônicos que pairavam no período. Nesse sentido, entende-se o quanto a educação tem sido utilizada como bandeira dos Planos de Desenvolvimento e foi estruturada, no período, por vezes deixada em segundo plano devido a interesses políticos históricos. O autor faz, também, análises sobre o documento do Ministério da Educação (MEC) que apresenta a avaliação do PNE 2001-2010 em todos os segmentos educacionais. Por fim, apresenta e descreve o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PL Nº.8.035/2010), que estabelece as diretrizes para o PNE 2011-2020, composto por 20 metas e 150 estratégias de ação a partir das 10 diretrizes traçadas. O autor analisa cada uma das metas e, numa visão crítica, se posiciona sobre aspectos

que as norteiam. Concluindo, esclarece que o entendimento da educação em articulação com o conjunto das demais políticas é fundamental para que ela aconteça enquanto uma política de Estado. Para ele, repensar a educação no Estado Brasileiro é fortalecer a sociedade civil e política, mas que, para isso, necessita-se de “significativos avanços da participação social” (p. 55).

142

O segundo texto, de autoria de Carlos Eduardo Moreno Sampaio, trata do *Monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação*, especialmente no período de 2001 a 2008, com vistas a apresentar contribuições para o PL Nº.8.035/2010 em discussão no Congresso Nacional. O autor acredita que, para garantir a funcionalidade do PNE, seja preciso considerar as “diferentes dimensões da diversidade demográfica, social e territorial do país” (p. 62), o que, certamente, é um desafio no Brasil. Ele apresenta dados estatísticos que permitem uma análise sistemática e criteriosa da evolução das estatísticas educacionais e da construção dos indicadores educacionais nos relatórios técnicos e documentos oficiais da área. O autor acredita que não bastam metas contábeis, mas se necessita de uma gestão eficiente e de financiamento articulado à gestão.

A Educação Básica e o novo Plano Nacional de Educação são tratados pelos autores Alfredo M. Gomes, Arlene Carvalho de Assis Clímaco, Marcos Corrêa da Silva Loureiro e Walderês Nunes Loureiro no terceiro texto que compõe a obra. Não só analisam a Educação Básica (EB), desenvolvida nos termos do PNE 2001-2011, mas, também, as inúmeras propostas acerca dela para o PNE 2011-2020, em decorrência de diferentes projetos conflitantes para esse nível. Segundo os autores, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), que aconteceu em 28 de março de 2010, dentre outros eventos, teve o objetivo de indicar diretrizes e estratégias de ação para o novo PNE. Delas foram citadas: organização de um Sistema Nacional de Educação (SNE); estabelecimento de um padrão de qualidade para cada etapa e modalidade da EB; financiamento da educação pública

e controle social da educação; valorização dos profissionais da educação; consolidação da gestão democrática; reconhecimento, atendimento e respeito à diversidade cultural; garantia de acesso [inclusão] a todos; manutenção de todos da escola; conscientização de que a aprendizagem escolar se constituiu num direito de cidadania (p. 72).

No quarto texto, *A Educação Superior no Contexto Atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*, João Ferreira de Oliveira organiza as suas análises a partir de seis temáticas significativas no âmbito da educação superior: expansão e democratização do acesso e da permanência; gestão e autonomia; avaliação e qualidade; currículo e formação; pós-graduação, formação, pesquisa, ciência e tecnologia (C&T); extensão. Quanto à pós-graduação e à pesquisa [e aqui cabem os cursos de mestrado e doutorado], o autor apresenta dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que revelam um considerável aumento, o qual, segundo o autor, ocorreu em decorrência de investimentos públicos na área e, ainda, do crescimento da demanda por mestres e doutores. Outro fator propulsor desse aumento, na percepção do autor, foi a implantação das diretrizes e ações previstas no Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2005-2010. Finalmente, apresenta os grandes desafios para o PNE 2011-2020, quais sejam: promover a expansão com qualidade da educação superior; implantar uma efetiva política de democratização; promover o equilíbrio entre a oferta de educação superior pública e privada; garantir a expansão que atenda às necessidades regionais e nacionais de desenvolvimento social, econômico e cultural; promover o equilíbrio regional e estadual na oferta de educação superior; ampliar a política de apoio público à titulação do corpo docente

143

Educação de Jovens e Adultos e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas, de Regina Vinhaes Gracindo, é o quinto texto que compõe a obra e tem por objetivo discutir, dentro das propostas do PL Nº.8.035/2010, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A autora inicia as suas análises

apresentando como historicamente foi marcada a educação de jovens e adultos no país. Aponta as desigualdades sociais e econômicas como fator fundamental para a exclusão desses jovens e adultos da escola e da sociedade brasileira e a importância de se garantir um espaço educacional apropriado para esses cidadãos. Apresenta dados estatísticos que indicam a evolução do analfabetismo entre a população de 15 anos de idade ou mais, e por região, os quais permitem perceber que, apesar da queda de 1,8% na taxa relativa, dos 162.807.000 brasileiros com mais de 10 anos de idade, ainda 9,7% são analfabetos. A autora aponta, também, que, dentre os 10 maiores desafios definidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), dois deles se referem à EJA: extinguir o analfabetismo, inclusive o funcional, e garantir oportunidade, respeito e atenção educacional aos jovens e adultos. Para a autora, dentre tantos desafios da EJA, “talvez o primeiro deles seja o de conseguir que os alunos voltem à escola” (p. 143). Ela concebe a existência da EJA como um “pagamento de dívida histórica que o Estado construiu diante da sociedade” (p. 152) e, por isso, acredita que o país, de uma maneira geral, tem muito a ganhar no que se refere à elevação do número médio de anos de estudo da população brasileira para taxas mínimas aceitáveis.

No sexto texto, Luiz Fernandes Dourado e Catarina de Almeida Santos discutem *A Educação a Distância no Contexto Atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*. Os autores iniciam as suas análises considerando os novos e contraditórios cenários geopolíticos da sociedade contemporânea. Indicam aspectos relativos à globalização para enfatizarem a questão do desenvolvimento tecnológico e da forte expansão da Educação a Distância (EaD), modalidade educacional sempre presente nas discussões dos últimos tempos, tanto na esfera política, quanto na prática pedagógica. Para eles, quando se fala em EaD, juntamente fala-se em tecnologia da informação e comunicação e, portanto, em inclusão digital. Segundo os autores, para que as escolas públicas tenham infraestrutura condizente com as metas estabelecidas, são

necessárias “políticas efetivas de acesso a bens culturais e de superação das desigualdades sociais, sobretudo se consideramos a natureza desigual e combinada do desenvolvimento do capitalismo em âmbito mundial, no qual se insere o Estado Brasileiro, assim como no âmbito regional e local” (p. 159). Acrescentam que, sendo o investimento em tecnologias um grande desafio público, surgem as instituições particulares com altos investimentos, acarretando a privatização de uma grande parte da EaD no Brasil, visto que, efetivamente, são responsáveis pela sua expansão nos últimos 20 anos. Analisam como essa modalidade educacional acontece na prática, tendo polos presenciais como apoio aos alunos inscritos e, ainda, ponderam que, nem sempre, essas instituições atendem às necessidades mínimas para garantir a qualidade educacional exigida para a EaD. Por fim, apontam os desafios dessa modalidade no cenário atual brasileiro, dentre os quais: a necessidade de políticas específicas para EaD, já que ela possui características diferentes da educação, dita, tradicional, e a questionável qualidade dos cursos ofertados.

145

Em *Educação Tecnológica e a Formação Profissional no Contexto Atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*, Luciene Lima de Assis Pires apresenta uma análise sobre a formação do trabalhador no que se refere não apenas à sua qualificação profissional, mas, também, à possibilidade de uma formação humana do trabalhador que supere a formação técnica mecanicista. Através de dados estatísticos, analisa, também, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), no período de 2002 a 2010, que apresentou um expressivo crescimento em razão das políticas de incentivo destinadas a ela. Em suas críticas, a autora aponta que, apesar do expressivo crescimento quantitativo no acesso à Educação Profissional (EP), observam-se contradições, desveladas nos próprios documentos analisados. Meta por meta destinadas à EP são analisadas criticamente, com articulação de importantes contrapontos entre o previsto e o realizado durante os 10 anos de vigência do PNE 2001-2010. A autora conclui que, na verdade, o que se destaca na EP não

é a formação humana do trabalhador, mas interesses e exigências do setor produtivo. Na sua opinião deve-se ultrapassar a expansão quantitativa de vagas, cursos e instituições, preocupando-se efetivamente com a formação integral do trabalhador no interior dessas instituições.

Nilma Lino Gomes aborda questões afetas a *O Plano Nacional de Educação e a Diversidade: dilemas, desafios e perspectivas* no oitavo texto que compõe a obra. Ressalta ser necessário analisar a forma pela qual os coletivos sociais [historicamente excluídos socialmente devido às suas particularidades culturais] estão sendo atendidos na questão educacional. Tendo como referência o PL Nº.8.035/2010, trata de três temas centrais: a educação escolar indígena, a educação especial e a educação do campo. Para a autora, a diversidade deve ser encarada de forma natural no próximo decênio com a integração de todos os setores envolvidos com a educação e, ainda, cuidando-se para que a temática da inclusão não ocorra de forma transversal e marginal nas políticas públicas propostas.

146

Márcia Angela da S. Aguiar apresenta em *A formação dos Profissionais da Educação no Contexto Atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas* uma análise crítica das políticas educacionais propostas, relativas ao tema, no PL Nº. 8.035/2010. Nessa perspectiva, ressalta que a educação, a partir da década de 80, ao se tornar o ponto central do projeto desenvolvimentista do país, fez com que houvesse uma maior mobilização por parte dos educadores a respeito de: formação inicial e continuada, carreira e condições de trabalho. A autora ressalta, ainda, questões afetas aos movimentos dos trabalhadores em educação, conhecidos como técnico-administrativos, e aos seus esforços para participarem e terem acesso a uma formação profissional. O que, inicialmente, aconteceu via Programa de Governo do FHC, chamado de Profucionário – Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público. Para ela, a efetiva participação dos profissionais da educação nos movimentos que discutem a sua própria profissionalização revela que

“a formação e a valorização profissional (...) são faces indissociáveis da política de profissionalização” (p. 272). E, ainda, precisam andar juntas diante do que se espera de uma educação de qualidade.

No décimo e último texto, Luiz Fernandes Dourado e Nelson Cardoso Amaral refletem sobre o *Financiamento e gestão da educação e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*. Os autores analisam criticamente os valores das verbas destinadas à educação de acordo com o PNE 2011-2020. Para eles, um grande passo foi dado ao se criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e de Valorização dos Profissionais de Educação em 2007, o que garantiu a aplicação de recursos em vários programas voltados para os profissionais desse segmento. E, na Educação Superior, destacam a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que, no entendimento dos autores, contribuíram para a expansão desse nível de ensino no país. Reforçam que não basta a ampliação de recursos, se não houver uma gestão da educação articulada ao seu financiamento.

147

A gestão democrática, entendida, portanto, como espaço de deliberação coletiva (estudantes, funcionários, professores, pais ou responsáveis), precisa ser assumida como base para a melhoria da qualidade da educação e aprimoramento das políticas educacionais, enquanto políticas de Estado articuladas com as diretrizes nacionais para todos os níveis e modalidades de educação/ensino (p. 303).

Os autores acreditam na importância das metas a serem atingidas pelo novo PNE 2011-2020 e conclamam a sociedade brasileira a participar desta discussão, considerando que, por meio do PL Nº. 8.035/2010, está sendo projetada a educação do país para os próximos 10 anos.

Tendo como base os ricos e múltiplos olhares dos diversos autores do conjunto de textos que compõem a obra, ela possibilita reflexões substantivas sobre importantes questões acerca do PNE 2011-2020.

Independente da temática central neles abordada, cada um aponta com clareza ser necessária a participação da sociedade brasileira nas discussões relativas ao PNE 2011-2020, pois uma educação de qualidade, tanto na esfera pública quanto na privada, é de interesse de todos os cidadãos, engajados ou não nessa causa. Por outro lado, contemporaneamente, pensar a educação brasileira é pensar no seu futuro próximo, traçado pelo PNE 2011-2020, cujos rumos traduzem avanços e/ou retrocessos, de alguma forma justificados neste documento que a delinea.